

CONCURSO PÚBLICO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CADERNO DE PROVAS

CADERNO 5	ESPECIALIDADE: CONSULTOR LEGISLATIVO (INTERLOCUÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS)
PROVAS:	<ul style="list-style-type: none">• LÍNGUA PORTUGUESA• NOÇÕES DE DIREITO• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 60 (sessenta) questões objetivas, sendo 15 de Língua Portuguesa, 10 de Noções de Direito e 35 de Conhecimentos Específicos. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, 4 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Não perca tempo em questões, cujas respostas lhe pareçam difíceis, volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
5. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
6. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com sua folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
7. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 2 (duas) horas contadas a partir do efetivo início das mesmas.
8. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
9. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, dois dias depois da realização da prova.
10. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.



Prezado (a) candidato (a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – Cad. 5

INSTRUÇÃO: As questões de 1 a 8 referem-se ao texto a seguir. Leia-o antes de responder a elas.

SEMPRE AS RELATIVAS

Sírio Possenti

1º § Tostão, o que foi jogador de futebol, abandonou a carreira por causa de problemas em seu olho, fruto de uma bolada. Estudou medicina, psicanálise, foi professor. Abandonou esta nova carreira há uns dez anos (ou mais?) para tornar-se comentarista esportivo (na TV), espaço que também abandonou. Há alguns anos é colunista da *Folha*, que o publica duas vezes por semana.

2º § Na coluna de 13/10/2013, afirma sobre si mesmo que é um colunista que foi jogador, não um jogador que se tornou colunista. E se queixa de que tem gente que não entende.

3º § Analisa futebol. De vez em quando, cita poemas e evoca a psicanálise. Alguns o consideram um estilista da língua, outros elogiam sua perspicácia, incluindo sua análise estranha do idiomatismo “correr atrás do prejuízo”, que ele acha um erro, porque ninguém faria isso, isto é, correr atrás do prejuízo. Mas isso é argumento? Mas esqueceu que se trata de um idiomatismo. Também não chove a cântaros e ninguém bate um papo, literalmente.

4º § Sem dúvida, Tostão é uma boa fonte para o português culto de hoje. É um representante da cultura e escreve profissionalmente. Com um viés regional, claro, mas uma língua falada em território(s) tão extenso(s) há de ter vários padrões.

5º § Uma de suas marcas é a ausência dos pronomes em casos como “formei em medicina”. Não tenho certeza absoluta (isto é, não disponho de dados quantitativos), mas diria que Minas – em algumas regiões, pelo menos – é onde esta variante inovadora está mais assentada. E é culta, não apenas popular, como se poderia pensar. Tanto que Tostão a emprega em suas colunas.

6º § Outra marca que se espalha cada vez mais, e que está firme em Minas (mas não só lá) é a chamada relativa cortadora. Tostão forneceu bons exemplos em sua coluna de 9/10/13, na mesma *Folha* (Esporte, p. D4). Escreveu:

7º § “Parafrazeando o poeta (ele cita muito Fernando Pessoa), “Tabacaria” pode não ser o mais belo poema da literatura universal, mas é, para mim, o mais belo, pois é o que mais gosto”. Depois: “Já o Cruzeiro não é o mais belo time do Brasileiro somente porque é **o time que mais gosto e que tenho** mais laços afetivos”.

8º § Cortadora é a adjetiva que elimina a preposição. Em vez das formas “de que mais gosto” e “com que / com o qual tenho mais laços”, ocorrem as formas “que mais gosto” e “que tenho mais laços”.

9º § Uma observação importantíssima: quem usa essas formas não diz “gosto isso” (diz “gosto disso”) nem “tenho ele mais laços afetivos” (diz “com o qual tenho...”). Ou seja: a queda da preposição só ocorre nas relativas. É uma regra sofisticada!

10º § Já se pensou que esta variante ocorria apenas ou predominantemente nas regiões rurais. Mas ela se espalha cada vez mais. Tarallo (*A pesquisa sociolinguística*, São Paulo, Ática) pesquisou a ocorrência das relativas desde 1725. Quantificou a ocorrência das diversas formas e descobriu que a cortadora ocorria muito pouco em 1725. Sua presença nos documentos foi aumentando paulatinamente até 1825. Desde então, cresce vertiginosamente: sua ocorrência é de cerca de 70% já em 1880!

11º § É evidente, mas é bom anotar, que os dados analisados por Tarallo são todos de língua escrita. E é provável que os números fossem mais altos na língua falada também naquele tempo, como são claramente hoje.

12º § As outras relativas, além da cortadora, são a ainda considerada padrão (do tipo “o time de que mais gosto”) e a que retém o pronome pessoal – como se redobrasse o nome retomado por “que” ou “qual” (como em “o time que mais gosto *dele*”).

13º § A história da língua revela, quase sem exceções, que, para cada alternativa (variante), existe documentação antiga. Ou seja, praticamente não se inventa nada quando parece que se “criam” novas formas de falar. Dizendo melhor: quando parece que se cria alguma forma nova, ou ela é velha ou resulta da aplicação de uma regra antiga.

(Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog/>>. Acesso em 25 out. 2013).

QUESTÃO 01

- I. Não existe uniformidade no português padrão.
- II. As orações relativas são, para o autor, um tema recorrente.
- III. Na maioria das vezes, o que é visto como inovação linguística é fenômeno preexistente, historicamente arraigado na língua.

Tendo em conta as afirmativas acima, pode-se dizer que, a partir da leitura do texto, são **CORRETAS**:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

QUESTÃO 02

- I. O advogado de que estamos falando é um profissional competente e renomado.
- II. O advogado que estamos falando é um profissional competente e renomado.
- III. O advogado que estamos falando dele é um profissional competente e renomado.
- IV. O advogado é um profissional competente e renomado e é dele que estamos falando.

Tendo em conta os períodos acima, resultantes da junção das frases “O advogado é um profissional competente e renomado.” e “Estamos falando do advogado.”, pode-se afirmar que os diferentes formatos de orações relativas (orações adjetivas, segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira) discutidos pelo autor do texto estão representados **apenas** em:

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.

QUESTÃO 03

Todas as alternativas ilustram características do português de Tostão, segundo o autor, **EXCETO**:

- (A) Dentre as muitas experiências curiosas que passei no estrangeiro, há uma que nunca esqueço.
- (B) O operário caiu de grande altura, mas, surpreendentemente, não machucou, não sofreu um arranhão sequer.
- (C) Um excelente ator negro americano, que eu não consigo recordar o nome, é que faz o papel do investigador.
- (D) Quanto ao biografado, o jornalista observa que, se suicidou, conforme alegam alguns, ou se foi assassinado, segundo creem outros, nem mesmo o tempo dirá.

QUESTÃO 04

- I. No 4^o §, o autor constrói ironias acerca da incompetência linguística do ex-jogador Tostão.
- II. No 12^o §, o autor põe em dúvida que construções do tipo “o time de que mais gosto” continuem indefinidamente como padrão na língua portuguesa.
- III. Da leitura do 10^o § se depreende que as relativas cortadoras inexistiam do século XVII para trás.

Tendo em conta as afirmativas acima, pode-se dizer que são **INCORRETAS**:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 05

Em todas as alternativas, as aspas foram utilizadas com a mesma finalidade, **EXCETO**:

- (A) Uma de suas marcas é a ausência dos pronomes em casos como “formei em medicina”. (5^o §)
- (B) Em vez das formas “de que mais gosto” e “com que / com o qual tenho mais laços”, ocorrem as formas “que mais gosto” e “que tenho mais laços”. (8^o §)
- (C) Uma observação importantíssima: quem usa essas formas não diz “gosto isso” (diz “gosto disso”) nem “tenho ele mais laços afetivos” (diz “com o qual tenho...”). (9^o §)
- (D) Ou seja, praticamente não se inventa nada quando parece que se “criam” novas formas de falar. (13^o §)

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa em que a reformulação do trecho transcrito entre parênteses implique erro ou mudança de sentido.

- (A) Dito de outro modo: praticamente nada é inventado quando, aparentemente, recorre--se a formas novas de falar.
(Ou seja, praticamente não se inventa nada quando parece que se “criam” novas formas de falar. – 13^o §).
- (B) Ou seja: a supressão da preposição verifica-se tão somente nas relativas. Trata-se de uma regra sofisticada!
(Ou seja: a queda da preposição só ocorre nas relativas. É uma regra sofisticada! – 4^o §).
- (C) Indubitavelmente, Tostão é uma boa fonte para o português culto contemporâneo.
(Sem dúvida, Tostão é uma boa fonte para o português culto de hoje. – 4^o §).
- (D) Contudo, esqueceu-se de que se trata de um idiomatismo.
(Mas esqueceu que se trata de um idiomatismo. – 3^o §).

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa em que a alteração na pontuação do trecho transcrito entre parênteses **NÃO** implique erro ou mudança de sentido.

- (A) Há alguns anos, é colunista da *Folha* que o publica duas vezes por semana.
(Há alguns anos é colunista da *Folha*, que o publica duas vezes por semana. – 1º §).
- (B) Tostão (o que foi jogador de futebol) abandonou a carreira por causa de problemas em seu olho, fruto de uma bolada.
(Tostão, o que foi jogador de futebol, abandonou a carreira por causa de problemas em seu olho, fruto de uma bolada. – 1º §).
- (C) Na coluna de 13/10/2013, afirma, sobre si mesmo, que é um colunista, que foi jogador; não um jogador, que se tornou colunista..
(Na coluna de 13/10/2013, afirma sobre si mesmo que é um colunista que foi jogador, não um jogador que se tornou colunista. – 2º §).
- (D) E se queixa de que tem gente, que não entende.
(E se queixa de que tem gente que não entende... – 2º §).

QUESTÃO 08

- | | | |
|------|----------------------|----------------|
| I. | idiomatismo (3º §): | idiotismo |
| II. | perspicácia (3º §): | argúcia |
| III. | literalmente (3º §): | à letra |
| IV. | redobrasse (12º §): | quadruplicasse |

Considerando as relações de sinonímia propostas para os termos acima, dado o contexto de sua utilização pelo autor, pode-se dizer que são **CORRETAS**:

- (A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) I, III e IV.
(D) II, III e IV.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE**, na ordem em que ocorrem, as lacunas do resumo de artigo científico a seguir.

Resumo: _____. artigo traça considerações sobre parte da obra poética de Cecília Meireles, a qual é dirigida às crianças. Com o estudo específico de seu livro, *Ou isto ou aquilo* (1993), pretende-se observar as características de um livro de poemas infantis. Ao analisar _____ livro quanto ao seu nível estético-literário, tem-se por objetivo destacar sua relevância na literatura infantil e as contribuições da poetisa para _____ gênero literário. Ao final será considerado o estudo da literatura infantil na escola, evidenciando o caráter pedagógico da poesia infantil.

(Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/3>>. Acesso em: 20 out. 2013).

- (A) Este – este – aquele
- (B) Esse – esse – esse
- (C) Este – esse – esse
- (D) Esse – aquele – este

QUESTÃO 10

Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projeto do Poder Público. Essa informação vai ser prestada no prazo da lei. Isso é válido desde que o sigilo da informação não seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Assinale a alternativa em que as informações acima, constantes no § 5º do art. 4º da Constituição do Estado de Minas Gerais, tenham sido **CORRETAMENTE** reunidas num único período.

- (A) Todos têm direito a requererem e obterem informação sobre projeto do Poder Público, o qual a prestará no prazo legal, excetuada aquela de cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado.
- (B) Todos têm o direito a requerer e obter informações sobre projeto do Poder Público a ser prestada no prazo de lei, ressalvando-se aquela que o sigilo for imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.
- (C) Todos têm direito de requerer e obter informação sobre projeto do Poder Público, a ser prestada no prazo da lei, desde que o sigilo desta seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (D) Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projeto do Poder Público, a qual será prestada no prazo da lei, ressalvada aquela cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa em que a substituição da preposição em destaque pela dos parênteses implique erro.

- (A) O nome do Diretor Financeiro não constou na ata. (de)
- (B) Depois que me aposentar, pretendo ir para o exterior. (a)
- (C) É de Robert Frost a afirmativa de que o júri consta de doze pessoas escolhidas para decidirem quem tem o melhor advogado. (em)
- (D) Ainda não temos confirmação da organização do congresso, mas, se tudo der certo, vamos a Estocolmo nas próximas férias de julho. (para)

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa em que a colocação pronominal esteja **INCORRETA**.

- (A) Há tendência no sentido de se esvaziar a cobrança do valor, porquanto empregadores rurais discutiriam se a incidência se daria sobre o faturamento, o lucro ou, ainda, a folha de salários.
- (B) A requerente, então deputada, sustentou que o vereador havia acusado-a de compra de votos, fato que, no seu entender, teria atingido sua honra.
- (C) Pode-se dizer que a atuação desse órgão é de grande relevância, haja vista que o atual governo vem atribuindo-lhe tarefas importantes.
- (D) A aprendizagem profissional auxilia os jovens em sua inserção no mercado de trabalho, mas não pode distanciar-se da educação formal.

INSTRUÇÃO: As questões 13 e 14 referem-se ao trecho a seguir, transcrição de parte do verbete “pesar”, tal como consta no dicionário *Houaiss*. Leia-o antes de responder a elas.

pesar v. (sXIII) [...] **p. de** menos us. que **apesar de** • **apesar dos p.** apesar do que possa ou se possa ter contra; apesar de tudo <o Rio, apesar dos p., continua uma bela cidade> • **em que pese (a) B 1** ainda que (tal coisa) pese, custe, doa, incomode (a alguém) <em que pese aos governistas, votaremos contra> **2** malgrado, apesar de, não obstante <em que pesem as suas contradições, a melhor tese ainda é a dele> ver gram a seguir GRAM na locução *em que pese a*, a flexão *peşe* permanece invariável, quando se tratar de pessoa (*em que pese aos governistas, votaremos contra*), e concorda com o sujeito, quando se tratar de coisa (*em que pesem as suas contradições, a melhor tese ainda é a dele*) [...].

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa em que o acento grave tenha sido empregado **em consonância com** os usos descritos no trecho acima.

- (A) Em que pese à predominância dessas mulheres nesses cursos, sua posição no mercado de trabalho ainda deixa a desejar quando comparada à dos homens.
- (B) Em que pesem às severas críticas que se fazem à escola, ainda não se encontrou um instrumento alternativo para ajustar as massas ao mundo globalizado.
- (C) Em que pese às muitas famílias com crianças em idade escolar fora da escola, não se podem ocultar determinados avanços no campo da educação fundamental.
- (D) A escola surgiu para assumir a instrução e, em que pese à suas deficiências, não há indícios de que esteja prestes a caducar como mecanismo indispensável à organização da sociedade urbano-industrial.

QUESTÃO 14

Em todas as alternativas, a construção em destaque tem o mesmo valor que “em que pese”, **EXCETO**:

- (A) O projeto não prosperou, posto que, além de inconstitucional, não atendia às demandas dos moradores da região.
- (B) Verificam-se, no que diz respeito à distribuição de renda, muitos avanços, os quais, não obstante todas as críticas, devemos reconhecer.
- (C) Acabou estudando Letras, posto que, durante toda a sua vida escolar, tivesse tido mais interesse pelas ciências físicas e biológicas.
- (D) Nada obstante a previsão contida no art. 7º, inc. IX, da Lei nº 8.906/94, a sustentação oral é uma das ferramentas mais efetivas ao alcance do advogado nos dias atuais.

QUESTÃO 15

- I. Um amigo dizia ao outro: – Sabe o que é, rapaz? A minha mulher não me compreende. E a tua? – Sei lá. Nunca falei com ela a teu respeito.
- II. À noite, enquanto o marido lê jornal, a esposa comenta: – Você já percebeu como vive o casal que mora aí em frente? Parecem dois namorados! Todos os dias, quando chega em casa, ele traz flores para ela, a abraça, e os dois ficam se beijando apaixonadamente. Por que você não faz o mesmo: – Mas querida, eu mal conheço essa mulher...
- III. Um sujeito vai visitar seu amigo e leva consigo sua cadela. Na chegada, após os cumprimentos, o amigo diz:
– É melhor você não deixar que sua cadela entre nesta casa. Ela está cheia de pulgas.
– Ouviu, Laika? Não entre nessa casa, porque ela está cheia de pulgas!

Tendo em conta as piadas acima, pode-se dizer que o humor é deflagrado pela dubiedade dos termos em destaque em:

- (A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.

PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO – Cad. 5**QUESTÃO 16**

Considerando os elementos característicos da sociedade e do Estado, indicados por Dalmo de Abreu Dallari, estão corretas as afirmativas, **EXCETO**:

- (A) Não há diferença entre o Estado e a sociedade humana no seu todo, pois ambos têm idêntica finalidade.
- (B) As manifestações de conjunto, em uma sociedade, devem atender aos requisitos de reiteração, ordem e adequação.
- (C) Para o reconhecimento de um agrupamento humano como sociedade, são necessários uma finalidade social, as manifestações de conjunto ordenadas e o poder social.
- (D) Estão presentes todos os elementos componentes do Estado no conceito deste, como a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território.

QUESTÃO 17

Tendo em vista o disposto na Constituição Brasileira, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) Todo o poder emana do povo.
- (B) O Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito.
- (C) O povo somente poderá exercer o poder por meio de representantes eleitos.
- (D) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

QUESTÃO 18

A respeito do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) Cada legislatura terá a duração de quatro anos.
- (B) O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa.
- (C) A Assembleia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias.
- (D) O número de Deputados vigora na própria legislatura em que é fixado.

QUESTÃO 19

São hipóteses de perda do mandato de Deputado, **EXCETO**:

- (A) perda dos direitos políticos.
- (B) investidura em cargo de Secretário de Estado.
- (C) procedimento incompatível com o decore parlamentar.
- (D) condenação criminal em sentença transitada em julgado.

QUESTÃO 20

Nos termos da Constituição do Estado, **NÃO** se inclui entre as matérias sobre as quais cabe à Assembleia Legislativa dispor com a sanção do Governador:

- (A) criação, estruturação e extinção de Secretarias de Estado.
- (B) crédito suplementar ao orçamento da Secretaria da Assembleia.
- (C) sistema tributário estadual, arrecadação e distribuição de rendas.
- (D) servidor público da administração direta, autárquica e fundacional.

QUESTÃO 21

São matérias de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia, **EXCETO**:

- (A) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.
- (B) organização da Secretaria da Assembleia, seu funcionamento e sua polícia.
- (C) subsídios do Governador, do Vice-Governador e do Secretário de Estado.
- (D) mudança temporária da sede da Assembleia.

QUESTÃO 22

Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a atribuição conferida às Comissões que **NÃO** exclui a iniciativa concorrente de Deputado é:

- (A) iniciar o processo legislativo.
- (B) solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- (C) realizar audiência pública com entidades da sociedade civil.
- (D) receber petição de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade pública.

QUESTÃO 23

No que se refere às proposições do processo legislativo estadual, é **CORRETO** afirmar:

- (A) As proposições arquivadas no fim da legislatura não poderão ser desarquivadas.
- (B) Na tramitação do projeto de resolução, todos os prazos regimentais são contados em dobro.
- (C) A proposta de emenda à Constituição será aprovada, se obtiver três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.
- (D) Em hipótese alguma, poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, matéria constante em projeto de lei rejeitado.

QUESTÃO 24

Com fundamento na Constituição do Estado de Minas Gerais, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) Administração pública direta é a que compete a órgão de qualquer dos Poderes do Estado.
- (B) Os agentes públicos são dispensados de motivar os atos administrativos que lhes competem praticar.
- (C) Incluem-se entre os princípios a que se sujeita a atividade de administração pública os da eficiência e da razoabilidade.
- (D) Será permitida, se houver compatibilidade de horários e observado o teto constitucional, a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

QUESTÃO 25

A modalidade de licitação “realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação” é denominada

- (A) leilão.
- (B) convite.
- (C) concurso.
- (D) tomada de preços.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – Cad. 5

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa que apresenta TODAS as correspondências corretas entre autores e conceitos:
Considerando a correspondência autor e conceito, numere a segunda coluna de acordo com a primeira:

- | | |
|--------------|----------------------------|
| (1) Madison | () comitê |
| (2) Sartori | () múltiplas arenas |
| (3) Tsebelis | () modelo consensual |
| (4) Lijphart | () República não tirânica |

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) (2) (1) (4) (3)
 (B) (2) (3) (4) (1)
 (C) (2) (4) (3) (1)
 (D) (4) (3) (1) (2)

QUESTÃO 27

Está correto o que se afirma, **EXCETO** em:

- (A) A teoria da poliarquia sugere que as primeiras e cruciais variáveis para as quais os cientistas políticos devem dirigir sua atenção são sociais e não constitucionais.
 (B) Um Madison moderno poderia argumentar que o governo deveria ser planejado para impedir uma maioria relativamente apática de enfiar sua política pela goela de uma minoria de convicções relativamente intensas.
 (C) A soberania popular e a igualdade política são as únicas metas do modelo madisoniano de democracia.
 (D) Não há uma teoria democrática, ou da democracia, mas várias.

QUESTÃO 28

Segundo Figueiredo e Limongi, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) O presidencialismo de coalizão brasileiro concentra poderes de agenda nas mãos do presidente da República.
 (B) O presidencialismo de coalizão brasileiro concentra poderes de veto nas mãos do presidente da República.
 (C) O Regimento Interno da Câmara dos Deputados brasileira concentra poderes de agenda nas mãos das lideranças partidárias.
 (D) O arranjo institucional brasileiro, que combina representação proporcional, multipartidarismo e representação proporcional, é uma combinação explosiva.

QUESTÃO 29

São características que se referem ao modelo consensual de democracia, **EXCETO**:

- (A) Federalismo.
 (B) Bicameralismo simétrico.
 (C) Grupos de interesse pluralistas.
 (D) Organização do Poder Executivo em grandes coalizões.

QUESTÃO 30

Sobre o conceito de “*racionalidade contextual*”, é **CORRETO** afirmar que foi

- (A) mobilizado por Avritzer, para classificar as instituições híbridas.
- (B) cunhado por Lima Júnior, para analisar os subsistemas partidários estaduais.
- (C) proposto por Arretche, para descrever a guerra fiscal entre os estados brasileiros.
- (D) apresentado por Avelar, para examinar os padrões de participação política no Brasil.

QUESTÃO 31

Sobre as regras do sistema eleitoral brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) Há duas regras diferentes para a eleição dos chefes do poder Executivo no Brasil: o sistema de dois turnos e o sistema de maioria simples, adotado para a eleição de prefeitos de municípios que têm mais de 200 mil eleitores.
- (B) O sistema de representação proporcional é adotado no Brasil nas eleições para a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e a Câmara dos Vereadores, enquanto o sistema majoritário é utilizado para a eleição de presidente, governadores, senadores e prefeitos.
- (C) Para atribuição das cadeiras aos candidatos eleitos na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e na Câmara dos Vereadores, o Brasil adota o sistema de lista aberta, em que os partidos indicam os candidatos, sem estabelecer uma ordem de preferência antes das eleições.
- (D) As cadeiras da Câmara dos Deputados são distribuídas entre os partidos políticos e coligações de partidos em três passos: calcula-se, em primeiro lugar, o quociente eleitoral, em seguida o número de cadeiras a que cada partido tem direito e, finalmente, as vagas restantes são preenchidas pelo método das maiores médias.

QUESTÃO 32

Ainda sobre o sistema eleitoral brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) Duas modificações importantes foram feitas no sistema de representação proporcional brasileiro desde 1945: uma foi no critério adotado para distribuição das cadeiras não ocupadas em primeira alocação (1950) e outra foi a exclusão dos votos em branco do cálculo do quociente eleitoral, em 1988.
- (B) Desde 1994, a partir da aprovação de emenda à Constituição Federal de 1988, o mandato presidencial passou a ser de 4 anos, e as eleições presidenciais passaram a ocorrer simultaneamente às eleições para o Congresso Nacional, os governos estaduais e as Assembleias Legislativas.
- (C) As regras do sistema eleitoral brasileiro não permitem a eleição de candidatos para os órgãos de representação proporcional com menos votos nominais do que candidatos não eleitos de outros partidos ou coligações partidárias.
- (D) No Brasil, o quociente eleitoral, que resulta da divisão dos votos válidos (comparecimento menos brancos e nulos) pelo número de cadeiras em disputa, funciona como uma cláusula de barreira nos estados e municípios.

QUESTÃO 33

A respeito do direito de voto no Brasil, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) As mulheres passaram a ter direito de voto no Brasil a partir do Código Eleitoral de 1932.
- (B) A Constituição Federal de 1988 permitiu o alistamento dos brasileiros maiores de 16 anos.
- (C) No período republicano brasileiro, os analfabetos passaram a ter direito de voto a partir de 1985.
- (D) A lei eleitoral brasileira permite o voto dos cabos e soldados conscritos durante o serviço militar obrigatório.

QUESTÃO 34

É correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) Os conceitos de *custos internos e riscos externos* foram cunhados por Olson, para analisar os dilemas da ação coletiva.
- (B) Przeworski afirma que, sob o capitalismo democrático, os cidadãos podem decidir sobre a alocação de recursos que eles não possuem.
- (C) Um comitê é, segundo Sartori, um grupo pequeno, de interação face a face, durável e institucionalizado, que toma decisões em relação a um fluxo de decisões.
- (D) Weber define o Estado pelos meios que lhe são exclusivos e não por quaisquer finalidades.

QUESTÃO 35

O debate acerca das possíveis variações do regime democrático gerou distintos modelos de democracia, dentre eles o da democracia participativa. Analise as afirmações a seguir tendo como referência esse modelo.

- I. Em sua origem, a concepção de democracia participativa reconhece a pluralidade humana e enfatiza a criação de uma nova gramática social e cultural, que deve ser articulada com uma nova institucionalidade democrática. Isso porque, nessa concepção, a democracia é uma forma sócio-histórica, produto da indeterminação da gramática democrática, a qual gera rupturas com tradições estabelecidas, visando instituir novas normas e leis.
- II. O procedimentalismo democrático deve conectar-se com a participação, para além dos métodos de autorização de governos na direção do exercício coletivo do poder político. Esse procedimentalismo demanda condições de publicidade e de deliberação inclusiva, que abarquem a pluralidade das formas de vida das sociedades contemporâneas.
- III. A democracia participativa pretende responder à questão da escala para além da solução geográfica da representação, combinando participação e representação de forma condizente com os processos de pluralização cultural e de constituição de novas identidades que colocam redefinições às práticas democráticas.
- IV. A democracia participativa é compatível com a democracia representativa. Isso quer dizer que elas podem ser complementares, em níveis diversos de procedimentalismo, organização administrativa e variação de desenho institucional, ou coexistirem, quando há a decisão da sociedade política em transferir ou devolver as suas prerrogativas decisórias para formas participativas de deliberação.

São **VERDADEIRAS** as afirmações

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 36

Integram o conjunto de ideias que articulam o modelo deliberacionista de democracia, **EXCETO**:

- (A) Questões de escala impõem constrangimentos reais à efetivação do ideal de legitimidade democrática. Soluções apontadas por teóricos deliberativos para esse problema seriam: restringir o número de ocasiões em que a deliberação popular pode ocorrer; restringir o número de pessoas envolvidas na deliberação; os que participam devem ter em mente os interesses daqueles que não participam; procedimentos que assegurem aceitação pública e responsividade à opinião pública formada em uma esfera pública alargada; responsividade ao balanço de discursos concorrentes na esfera pública, controlado de forma difusa e competente.
- (B) A importância da comunicação para a constituição de regimes mais democráticos e mais legítimos aponta para relevância da deliberação pública. Esta é entendida como um processo argumentativo, dialógico, por meio do qual ocorrem a troca e o teste das razões apresentadas pelos diferentes atores sociais. Sendo assim, a questão central para a concretização da deliberação pública está muito mais nas maneiras como se garante o diálogo e a cooperação entre sujeitos de uma coletividade, do que na qualidade dos argumentos ou na produção de consensos.
- (C) Em sociedades complexas, uma pré-condição para ampla e extensa participação nos processos deliberativos é a existência de cidadãos alfabetizados e educados, com acesso a fontes diversificadas de informação, que possibilitem a formação de opiniões e pontos de vista, inclusive para que se possa construir a contestação pública dos governos.
- (D) O conceito de esfera pública é fundante do modelo deliberacionista de democracia. Ele corresponde a uma esfera argumentativa, e não a um lugar ou a uma instituição, uma estrutura comunicacional na qual os indivíduos privados expressam e justificam suas opiniões de forma racional e aberta, daí advindo o esclarecimento recíproco e a opinião pública. A esfera pública concretiza-se em muitas arenas que se constituem em torno de temas específicos, mas que, sendo porosas, entrelaçam-se em redes comunicativas.

QUESTÃO 37

São afirmações relacionadas ao processo de institucionalização da participação, no Brasil, **EXCETO**:

- (A) No Poder Executivo, foram disseminadas formas de participação decorrentes de legislação infraconstitucional, como os Conselhos de Políticas, os Comitês de Bacias Hidrográficas e as Conferências. Além dessas, ocorreram iniciativas de governantes, a partir de mobilizações populares (como os Orçamentos Participativos) ou em decorrência de projetos políticos específicos (como o Planejamento Participativo).
- (B) No Poder Legislativo, a participação incluiu, além do referendo, do plebiscito e da iniciativa legislativa, a criação de comissões específicas, como a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, na qual a participação popular transmuta-se em iniciativa legislativa, podendo originar projetos de lei e proposições a serem incorporadas nos instrumentos públicos de planejamento.
- (C) Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a participação popular foi institucionalizada por meio de uma comissão permanente, a Comissão de Participação Popular, que aprecia propostas de iniciativa legislativa que, quando aprovadas no seu âmbito, são encaminhadas para tramitação na Casa. Além disso, seu Regimento Interno prevê eventos institucionais, realizados em parceria com entidades da sociedade civil, e audiências públicas para discutir temas de competência do Poder Legislativo Estadual e subsidiar a elaboração legislativa.
- (D) Dentre as formas institucionalizadas de participação, estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, a iniciativa legislativa tem sido um instrumento usual e poderoso para estimular mudanças no funcionamento do Legislativo, pois possibilita a articulação dos representantes com demandas populares e, ao mesmo tempo, funciona como um mecanismo complementar à estrutura partidária.

QUESTÃO 38

As chamadas “instituições participativas” oficializaram formas de representação da sociedade civil e, com isso, colocaram o debate sobre a representação política em novos termos.

Analise as afirmações a seguir tendo como referência esse debate:

- I. A moderna teoria da representação está baseada em três elementos, associados à consolidação dos Estados Modernos e à efetividade dos governos representativos: a autorização, o monopólio e a territorialidade. Esses elementos mostram-se suficientemente adequados para legitimar a representação exercida pelos atores da sociedade civil nas instituições participativas contemporâneas.
- II. As instituições participativas trouxeram uma forma mais sofisticada de representação, pois compõem uma estrutura mais complexa de representação política no âmbito dos Poderes do Estado, que conta com a participação e a deliberação da sociedade civil de forma mais direta e menos mediada pelos tradicionais mecanismos de controle, como o voto, e de vocalização das preferências por ele expressas, como os partidos.
- III. A construção de um conceito mais amplo de representação deve envolver tanto a sua dimensão eleitoral, quanto a sua dimensão extraeleitoral. O elemento mais importante desse debate é perceber que existem diversos tipos de autorização relacionados a três papéis políticos diferentes: o de agente, o de advogado e o de partícipe. Em todos os três casos, há o elemento do “agir no lugar de”, que varia de perspectiva e pode ser justificado de diferentes maneiras.
- IV. A representação da sociedade civil nas áreas de políticas públicas se dá por meio de organizações criadas por atores que lidam há muito tempo na área, gerando especialização temática e experiência. No caso do Brasil, geralmente esses representantes são eleitos dentre associações civis, que agregam solidariedade e interesses parciais, o que confere legitimidade por afinidade a esse tipo de representação. Portanto, a legitimação da representação decorre de identidades parciais.

São **VERDADEIRAS** as afirmativas:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 39

Muitas das potencialidades atribuídas à internet estão ligadas à suposição de que iniciativas digitais podem enriquecer os processos deliberativos existentes ou criar novos espaços de interlocução e, por conseguinte, renovar a esfera pública.

São conjuntos de categorias de análise que podem ser utilizados para a avaliação das deliberações digitais, **EXCETO**:

- (A) Participação; nível de justificação; conteúdo das justificações; respeito; política construtiva.
- (B) *Design* de fóruns; deliberatividade de grupos; comparação entre arenas; interlocução entre grupos.
- (C) Inclusividade; provimento de razões (*reason-giving*); reciprocidade; respeito mútuo; orientação para o bem comum.
- (D) Expressão de opinião baseada em razões; fonte (*sourcing*); grau de discordância; igualdade; ligação com o assunto; engajamento.

QUESTÃO 40

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) tem produzido inovações no âmbito da ação política, suscitado a formulação de conceitos que buscam explicar essas inovações e gerado um amplo debate acerca dos seus potenciais e limites.

Diante disso, analise as afirmações a seguir:

- I. Por e-democracia entende-se o ramo de estudo que se interessa pela incorporação de mecanismos digitais nas práticas democráticas e seu impacto nas instituições políticas. Por e-gov entende-se o uso de tecnologia, seja para processos internos de gestão, seja para fins de prestação de serviços para a sociedade, ambos considerados instrumentos para fins de eficiência do Estado.
- II. Podem-se estabelecer, pelo menos, duas classes de experiências de e-democracia: 1) a que envolve ações realizadas pela sociedade com objetivos políticos ou cívicos, mas sem interação formal com o Estado - denominada de e-democracia não institucional; 2) as organizadas e providas por alguma entidade do Estado – denominadas de institucionais – cujo fundamento é a viabilização de formas variadas de colaboração entre sociedade e Estado, principalmente no processo de formulação e implementação de políticas públicas.
- III. Os projetos de participação digital, desenvolvidos e implementados em instituições públicas, bem como as mudanças aceleradas da nova era da informação, geram novas demandas internas às organizações, com maior ou menor impacto na burocracia, de acordo com a complexidade e o alcance do projeto. O advento da internet e o desenvolvimento tecnológico criam tensão crescente entre a nova lógica de fluidez da informação e da interação social com a solidez das instituições públicas baseadas no modelo weberiano de organização administrativa hierárquica e procedimental.
- IV. A qualidade, relevância e pertinência do conteúdo da participação, e o nível de engajamento, de representatividade e de escala de participação dependem da forma da interface bem como do contexto social, político e organizacional. Tais elementos interferem no processo de interação e são determinantes para os resultados da participação.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 41

Sobre a competência do Estado, segundo a Constituição do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É reservada ao Estado a competência que não lhe seja vedada pela Constituição da República.
- (B) Compete ao Estado dispor supletivamente sobre sua divisão e organização judiciárias e divisão administrativa.
- (C) O Estado exercerá competência suplementar, quando inexistir lei federal sobre normas gerais, ficando suspensa a eficácia da lei estadual no que for contrário a lei federal superveniente.
- (D) É competência concorrente do Estado, comum à União e ao Município, combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, mediante a integração social dos setores desfavorecidos.

QUESTÃO 42

Sobre os vencimentos de agentes públicos, segundo a Constituição do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente, excluídas as vantagens pessoais, não poderão exceder remuneração mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
- (B) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários de Estado serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, que inclui acréscimos decorrentes de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (C) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para o fim de concessão de acréscimo ulterior.
- (D) É possível vincular ou equiparar espécies remuneratórias para efeito de remuneração, mas os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não podem ser superiores aos percebidos no Poder Executivo. Mas, não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

QUESTÃO 43

Sobre os direitos do servidor público e a acumulação de cargos públicos, segundo a Constituição do Estado de Minas Gerais é **CORRETO** o que se firma em:

- (A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, permitida, se houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, a de dois cargos e empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, independentemente do valor da remuneração.
- (B) A despesa com pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Para o cumprimento dos limites estabelecidos na lei complementar, o Estado poderá dispensar ou exonerar servidor estável, observados os critérios de menor tempo de efetivo serviço e de avaliação de desempenho, na forma da lei.
- (C) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista, exceto se subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- (D) É possível a dispensa ou exoneração de servidor público civil não estável, admitido em órgão da administração direta ou em entidade autárquica ou fundacional, que conte menos de três anos de efetivo exercício no Estado, após a redução de pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança para adequar as despesas com pessoal aos limites estabelecidos pela lei.

QUESTÃO 44

Sobre o provimento e a perda de cargo públicos, segundo a Constituição do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço público federal, estadual e municipal, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (B) É estável, após três anos de efetivo exercício, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (C) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço público federal, estadual e municipal.
- (D) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 45

Sobre as regras aplicáveis ao regime de previdência dos servidores públicos, segundo a Constituição do Estado de Minas Gerais, analise as seguintes afirmativas:

- I. Aos servidores titulares de cargos públicos do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime próprio de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Estado, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- II. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma prevista na Constituição.
- III. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão, desde que não ultrapassem o teto legal.
- IV. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

São **VERDADEIRAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 46

Sobre aposentadoria do servidor público, segundo a Constituição do Estado de Minas Gerais, analise as seguintes afirmativas:

- I. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, desde que urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.
- II. É assegurado ao servidor afastar-se da atividade a partir da data do requerimento de aposentadoria, e a não concessão desta importará o retorno do requerente para o cumprimento do tempo necessário à aquisição do direito, na forma da lei.
- III. O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, e o tempo de serviço correspondente, para efeito de disponibilidade. A lei não poderá estabelecer nenhuma forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- IV. A aposentadoria pode ser requerida voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria, respeitada a idade e o tempo de contribuição estabelecidos em lei.

É **CORRETO** o que se afirma apenas em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.

QUESTÃO 47

Sobre os direitos e as garantias fundamentais previstos na Constituição do Estado de Minas Gerais, analise as seguintes afirmativas:

- I. Independe do pagamento de taxa ou de emolumento ou de garantia de instância o exercício do direito de petição ou representação, bem como a obtenção de certidão para a defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal.
- II. Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção, em órgão da administração direta ou entidade da administração indireta, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de noventa dias da data do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito constitucional.
- III. Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projeto do Poder Público, a qual será prestada no prazo da lei, ressalvada aquela cujo sigilo seja imprescindível à segurança do Estado e relevante interesse público.
- IV. É vedado ao Estado recusar fé a documento público, sendo passível de punição, nos termos da lei, o agente público que, no exercício de suas atribuições e independentemente da função que exerça, violar direito constitucional do cidadão.

É **CORRETO** o que se afirma apenas em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 48

Sobre os princípios e a forma que norteiam a atuação da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, segundo a Constituição Estadual vigente, analise as seguintes afirmativas:

- I. A atividade de administração pública dos Poderes do Estado de Minas Gerais e a de entidade descentralizada se sujeitam aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e razoabilidade.
- II. A moralidade, a proporcionalidade e a razoabilidade dos atos do Poder Público serão apuradas, para efeito de controle e invalidação, em face dos dados objetivos de cada caso.
- III. O agente público motivará o ato administrativo que praticar, explicitando-lhe o fundamento legal, o fático e a finalidade.
- IV. A atividade administrativa do Estado se organizará em sistemas, principalmente a de planejamento, a de finanças e a de administração geral.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 49

Analise as afirmativas sobre as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, segundo a Constituição Federal de 1988.

- I. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- II. Não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista, e de suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, o teto constitucional para percepção de remuneração e de subsídio paga por quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- IV. Os atos de improbidade administrativa importam a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 50

Analise as afirmativas sobre o orçamento público.

- I. Ciclo orçamentário é o nome que se dá à tramitação das três leis que compõem o sistema orçamentário mineiro: Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Por meio dessas leis, aprovadas pelos deputados, o Governo define como investirá o dinheiro público em áreas como saúde, educação, segurança, meio ambiente e estradas, com impactos diretos na vida do cidadão. É o planejamento da aplicação do dinheiro arrecadado por meio de tributos pagos pela sociedade e de outras fontes de receita.
- II. É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- III. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
- IV. O ciclo orçamentário tem início no primeiro ano de mandato de um governo e termina no primeiro ano de mandato do seguinte. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) se renovam todo ano. Elas devem obedecer ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), planejamento estratégico de longo prazo; e ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), instrumento de planejamento para quatro anos. A Constituição Federal determinou que essas quatro leis sejam articuladas, interdependentes e compatíveis entre si.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 51

Sobre a garantia de direitos fundamentais individuais, analise as seguintes afirmativas:

- I. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- II. A todos são assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- III. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- IV. Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção, em órgão da administração direta ou entidade da administração indireta, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de sessenta dias da data do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito constitucional.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 52

Sobre o ciclo orçamentário mineiro e seus instrumentos de planejamento, analise as afirmativas:

- I. No Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), o Governo estabelece metas de responsabilidade fiscal e metas da administração pública para o ano seguinte, a serem atingidas pela execução dos programas do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI). O PPAG orienta a elaboração do Orçamento (que define como e onde o Estado vai aplicar os recursos arrecadados no ano) e dispõe sobre administração da dívida do Estado, operações de crédito e alterações na legislação tributária.
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) materializa, em médio prazo, as diretrizes e metas propostas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). No plano plurianual, são estabelecidos os objetivos e as metas da administração pública para os quatro anos seguintes, com a previsão dos gastos em áreas como saúde, educação, segurança e meio ambiente; as metas de investimentos e obras por região de Minas e os programas de duração continuada.
- III. O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) é o plano estratégico que consolida um conjunto de metas e diretrizes para o Estado no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios e à coordenação das ações de governo, entre outros aspectos. Ele trabalha com um horizonte de longo prazo, com projetos a serem implementados não apenas por um governo, mas por vários. A lógica da estruturação do plano busca garantir a continuidade administrativa, apesar de diferenças políticas que possam ser geradas pela alternância de poder. O PMDI em vigor lista 11 áreas de resultados, entre elas defesa social, educação, juventude, meio ambiente, saúde e redução da pobreza.
- IV. Em Minas, tanto a elaboração quanto as revisões anuais da lei do PPAG ocorrem de forma participativa, por meio de audiências públicas promovidas pela Assembleia e pelo Governo, com a intervenção direta da sociedade. Essa iniciativa confere transparência ao processo e estimula o acompanhamento das políticas públicas pelo cidadão. É uma ação inédita no País.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 53

Sobre os créditos orçamentários, analise as seguintes afirmativas:

- I. É vedada a vinculação de receitas a tributos, exceto nos casos previstos em lei.
- II. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- III. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- IV. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, sendo permitida a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, desde que previsto no plano plurianual.

É **CORRETO** o que se afirma apenas em:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 54

Sobre os sistemas nacionais de políticas públicas de cultura e de saúde, analise as afirmativas:

- I. A estrutura do Sistema Nacional de Cultura é constituída, nas respectivas esferas da Federação, por órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, comissões intergestores, planos de cultura, sistemas de financiamento à cultura, sistemas de informações e indicadores culturais, programas de formação na área da cultura e sistemas setoriais de cultura.
- II. É admitida a participação de entidades não governamentais, independentemente de políticas específicas, em programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem promovidos pelo Estado.
- III. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico; participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- IV. É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 55

Sobre a política de desenvolvimento urbano e ambiental, analise as seguintes afirmativas:

- I. A execução de programa de saneamento básico, estadual ou municipal, será precedida de planejamento que atenda aos critérios de avaliação do quadro sanitário e epidemiológico estabelecidos em lei.
- II. Compete privativamente à Assembleia Legislativa do Estado dispor sobre normas gerais relativas ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, a cargo da região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião.
- III. São indisponíveis as terras devolutas, ou arrecadadas pelo Estado, necessárias às atividades de recreação pública e à instituição de parques e demais unidades de conservação, para a proteção dos ecossistemas naturais. Os remanescentes da Mata Atlântica, as veredas, os campos rupestres, as cavernas, as paisagens notáveis e outras unidades de relevante interesse ecológico constituem patrimônio ambiental do Estado, sendo que sua utilização deve ser feita, na forma da lei, em condições que assegurem sua conservação.
- IV. A conduta e a atividade consideradas potencialmente lesivas ao meio ambiente sujeitam o infrator, pessoa física ou jurídica, a sanções administrativas, sem prejuízo das obrigações de reparar o dano e das cominações penais cabíveis.

É **CORRETO** o que se afirma apenas em:

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 56

Sobre as comissões permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, analise as seguintes afirmativas:

- I. As comissões permanentes da Assembleia Legislativa são competentes para promover audiências de monitoramento para avaliar a execução das políticas públicas do Estado, com a sociedade e gestores dos programas do governo.
- II. As comissões de vetos do Governador analisam vetos do governador a proposições aprovadas pela Assembleia Legislativa.
- III. A comissão de administração pública analisa proposições e assuntos relacionados com a administração pública.
- IV. A comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável analisa proposições e assuntos relacionados com a área de meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 57

Sobre as comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, analise as afirmativas:

- I. As comissões, em razão da matéria de sua competência, da matéria compreendida em sua denominação ou da finalidade de sua constituição, podem propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo projeto de resolução.
- II. Os atos de competência privativa da Assembleia Legislativa não podem constituir objeto de delegação. Admite-se, todavia, a delegação sobre matéria reservada a lei complementar.
- III. As comissões extraordinárias acompanham assuntos relevantes para o Estado, reunindo diagnósticos e propostas de ação, que encaminham à Mesa da Assembleia. Elas devem atuar em sintonia com as comissões permanentes.
- IV. As comissões especiais têm um prazo de duração determinado e se dividem em comissões de estudo, constituídas para analisar assuntos específicos, comissões de indicação, que opinam sobre indicações de dirigentes de órgãos públicos e conselheiros do Tribunal de Contas; e comissões de proposta de Emenda à Constituição (PEC), que apreciam propostas de alteração da Constituição Estadual.

É **CORRETO** o que se afirma apenas em:

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

QUESTÃO 58

Sobre o plano plurianual de ação governamental, analise as seguintes afirmativas:

- I. O plano passa por uma revisão a cada quatro anos, quando são avaliadas as ações previstas para o ano seguinte e promovidos os ajustes necessários à sua execução.
- II. Ao contrário da lei de diretrizes orçamentárias e da lei do orçamento, o plano plurianual de ação governamental e suas revisões não tem data definida para sua tramitação e aprovação. Contudo, o plano plurianual de ação governamental deve ser discutido e votado, em turno único, no Plenário, antes do encerramento da sessão legislativa, em 20 de dezembro.
- III. Após a criação da Comissão de Participação Popular, a sociedade passou a poder intervir de maneira efetiva na elaboração e nas revisões anuais do PPAG. Isto porque cabe a essa comissão promover as audiências públicas para essas revisões. As audiências, garantidas em lei, são realizadas pelo Legislativo em parceria com o Executivo, preferencialmente de forma regionalizada.
- IV. Recebido em Plenário, o projeto de plano plurianual de ação governamental é distribuído, em avulso, aos deputados, às Comissões Permanentes a que estiver relacionada a matéria e à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, transformada em Grande Comissão, para, em 60 dias, receber parecer. A Grande Comissão é composta pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e a Comissão de Membros Permanentes da Assembleia, composta do presidente e do vice de cada uma das Comissões Permanentes.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 59

Sobre a lei de diretrizes orçamentárias e a lei do orçamento, analise as seguintes afirmativas:

- I. Podem participar da discussão e votação do parecer sobre matérias orçamentárias dois membros de cada uma das comissões parlamentares às quais tenha sido distribuído o projeto.
- II. O projeto de lei do orçamento do Estado deve ser enviado pelo Executivo à Assembleia Legislativa até 30 de setembro.
- III. O projeto da lei de diretrizes orçamentárias tem que ser votado ao fim do primeiro semestre dos trabalhos legislativos, antes da interrupção da Sessão Legislativa do meio do ano, ou seja, o recesso parlamentar de julho.
- IV. O projeto é discutido e votado em dois turnos no Plenário, antes do encerramento do ano legislativo.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 60

Sobre o planejamento orçamentário de políticas públicas do Estado de Minas Gerais, analise as seguintes afirmativas:

- I. Na liberação de recursos do erário estadual e na concessão de outros benefícios em favor de objetivos de desenvolvimento urbano e social, o Estado atenderá, prioritariamente, ao Município já dotado de plano diretor, incluídas, entre suas diretrizes, entre outras, as de ordenamento do território, sob os requisitos de zoneamento, uso, parcelamento e ocupação do solo urbano.
- II. Os recursos para os programas de educação não serão inferiores aos destinados aos investimentos em transporte e sistema viário.
- III. O Estado incentivará, mediante benefícios fiscais e na forma da lei, o investimento da iniciativa privada no desporto.
- IV. A legislação orçamentária assegurará investimentos ao atendimento das propostas de políticas públicas priorizadas nas audiências públicas regionais.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

CONCURSO PÚBLICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL 01/2013

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	

37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	

49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcoconcursos@pucminas.br